

TENDAS: ENTRE O ANTES, O AGORA E O DEPOIS.

Bruna Adelita Gonçalves¹

Frederico Fraga Nascimento²

Gabriella Oliveira Castro³

RESUMO: Este trabalho tem como objeto a análise das Tendas, Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua. O interesse em estudar tal serviço surgiu a partir da experiência vivida por extensionistas da Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que, através da realização da Ouvidoria Comunitária, constataram que o serviço das Tendas é pouco conhecido pela população em geral e pouco citado no âmbito da questão social da população em situação de rua. A análise compreende aspectos como o surgimento do serviço, o relato dos usuários e funcionários, as questões políticas que envolvem as Tendas, a precariedade destas, a relação de empoderamento dos usuários e a ameaça de extinção do serviço.

Palavras-chave: Tendas; Situação de Rua; Clínica; Serviço; População.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the Tents, Living Space for Homeless Adults in. The interest in studying such a service arose from the experience lived by extensionists of the Human Rights Clinic of the Law School of the University of São Paulo that, by conducting the Community Ombudsman found that the service of the Tents is little known by the general population and seldom reported in the social issue of homeless people. The analysis includes aspects such as the emergence of the service, the reports of the users and staff, the political issues which surrounding the Tents, the precariousness of the service, the empowerment relationship of users and the threat of termination of service.

Key-words: Tents; Homeless Situation; Clinics; Service; Population.

¹ Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo, 7º semestre.

² Graduando em Direito pela Universidade de São Paulo, 5º semestre.

³ Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo, 5º semestre.

TENDAS: Entre o antes, o agora e o depois.

1. Introdução.

O presente trabalho tem como objeto a análise das Tendas (Espaços de Convivência para Adultos em Situação de Rua). Para tanto, nos debruçamos sobre questões a respeito de como se deu seu surgimento, como é sua estrutura jurídico-administrativa, funcionamento cotidiano, as diversas questões políticas que a envolvem, como os discursos oficiais a definem e a visão que a população em situação de rua tem do serviço.

A partir da análise do que é hoje oferecido, da consideração do ponto de vista de usuários e funcionários e de uma visão crítica do serviço, estaremos aptos a identificar os defeitos e qualidades deste, e a partir disto, pensar um modelo mais adequado e que melhor atenda às necessidades da população em situação de rua, em relação ao que o serviço se propõe.

1.1. Definição do objeto de estudo

Durante o ano de 2014, a Clínica de Direitos Humanos - FDUSP⁴ reatou uma parceria antiga com o SEFRAS (Serviço Franciscano de Solidariedade) e reativou a Ouvidoria Comunitária realizada no Chá do Padre⁵, na Rua Riachuelo, 268 - Centro - São Paulo - SP. Nas ouvidorias comunitárias, os membros da Clínica realizam entrevistas com as e os moradores de rua com vistas à elaboração de um quadro de violações recorrentes de direitos humanos sofridas por pessoas em situação de rua nos serviços oferecidos pelos órgãos, oficiais ou não, na própria rua, pelo poder público (polícia, GCM etc), pelos gestores dos centros de acolhida e pelos outros moradores de rua.

⁴ Disponível em << <https://luizgama.wordpress.com/about/>>> Acesso em mar/2015.

⁵ Disponível em <<<http://www.sefras.org.br/portal/servicos/centro-franciscano-de-protacao-e-atendimento-a-populacao-de-rua-cha-do-padre>>> Acesso em mar/2015

Um, entre tantos objetivos da Ouvidoria, é receber das próprias usuárias e dos próprios usuários dos serviços oferecidos à população em situação de rua uma avaliação da realidade desses serviços, para que, partindo dessas avaliações, sejam detectadas reclamações e demandas comuns a todas e todos moradores de rua que os utilizam.

A partir da coleta de depoimentos da população em situação de rua nas Ouvidorias Comunitárias realizadas no Chá do Padre, o tema das Tendas nos foi colocado. Muitos dos entrevistados citavam as Tendas, sobretudo as “Bresser” e “Nove de Julho” durante as entrevistas, serviço que nós, até ali, desconhecíamos. Sentimo-nos, então, instigados a conhecer de perto este serviço, novo pra nós e pouco citado nos discursos oficiais.

No dia 12/11/2014, nós, da Clínica de Direito Humanos - FDUSP realizamos visitas às Tendas Bresser e Alcântara Machado. A partir desta atividade ficou evidente para nós a necessidade de conhecer e estudar mais a fundo esta modalidade de equipamento oferecido à população de rua. Dentre os motivos pelos quais as Tendas devem ser analisadas com maior profundidade está o recorte da população em situação de rua que este tipo de serviço alcança. Muito diferentes daqueles que frequentam tanto os albergues quanto o próprio espaço do Chá do Padre, os usuários das Tendas demonstram estar menos vinculados a serviços institucionalizados. Em decorrência disto, ao mesmo tempo em que as Tendas são alvo de críticas constantes nas atividades de Ouvidoria, aos usuários, ainda que reconhecidos muitos problemas em seu funcionamento, os moldes do serviço pareciam mais adequados às suas necessidades.

Visitar estes ambientes de interação da população de rua demonstrou que a pesquisa nesse campo é de fundamental importância, tanto para abrir horizontes de conhecimento, quanto para trazer as Tendas para o debate em direitos humanos e população em situação de rua.

1.2. O desenvolvimento do projeto

O principal método de pesquisa que adotamos foi a leitura de reportagens e publicações oficiais confrontadas à pesquisa de campo, trabalhos acadêmicos e às entrevistas com os funcionários e os usuários. Consideramos importante ouvir os funcionários das Tendas para que pudéssemos fazer uma leitura mais verossímil da realidade, entendendo o contexto sob diferentes pontos de vistas, pois os funcionários estão tão inseridos nessa realidade quantos os usuários, detendo vasto conhecimento sobre ela, através da vivência diária de seus problemas.

Esta opção de escuta mais abrangente é decorrente da reflexão da Clínica sobre sua própria atuação ao longo de 2014. Consideramos que, em nossas atividades práticas, tínhamos contato com uma importante visão das Tendas: a dos moradores de rua frequentadores do Chá do Padre. Entretanto, realizávamos pouco contato com os funcionários responsáveis pela operacionalização da oferta do serviço das Tendas. A partir da leitura de DE LUCCA⁶ e sua experiência com a população de rua (e da nossa própria vivência frequentando espaços de discussão sobre a questão, como, por exemplo, a Pastoral da Rua⁷), constatamos quão importante é compreender o fenômeno da população em situação de rua a partir de toda sua complexidade e de toda gama de fatores que o compõem.

Neste ponto, é importante ressaltar que as visitas às Tendas nos proporcionaram o contato com um seguimento dessa população que nós, até então, tínhamos tido muito pouco contato. Conforme já mencionado, o recorte de população de rua que frequenta o ambiente do Chá do Padre, ambiente ao qual estávamos habituados, é específico em razão de suas características. Isto significa que, por ser tratar de um ambiente religioso, normalmente, os frequentadores partilham determinado tipo de valores e, além disto, assumem determinado tipo de conduta em sua luta pela sobrevivência nas ruas. Trata-se, portanto, de pessoas mais familiarizadas aos espaços dos equipamentos e serviços institucionalizados e que apresentam-se ou no processo de início da vida nas ruas ou no processo de saída. Importante ressaltar que alguns dos frequentadores do Chá do

⁶ DE LUCCA, Daniel. **A Rua em Movimento - Experiências Urbanas e Jogos Sociais em Torno da População de Rua**. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁷ Rua Djalma Dutra, 3 - Luz. CEP 01103-010 – São Paulo - SP.

Padre nem ao menos vivem nas ruas mas, trabalhando em locais próximos a este serviço, tomam lá seu café da tarde.

Neste sentido, a visita às Tendas, como dito, nos trouxe um contato com um tipo de morador de rua completamente diferente daquele ao qual nos habituamos no Chá do Padre. Para nós, este contato foi extremamente importante por deixar evidente a segmentação da população de rua a partir de suas características e dos ambientes que frequentam e, principalmente, como estas determinam a diferenciação do perfil de frequentador de cada serviço (albergue, tenda, maleiros etc).

O principal diferencial das Tendas, apontado pelos próprios funcionários destes equipamentos, é a inexistência de triagem ou seleção prévia dos usuários para que estes possam, a partir desta e da verificação do preenchimento de determinados requisitos, frequentar o ambiente. Como consequência, as Tendas acabam por atingir uma população que não tem acesso a nenhum outro serviço - como albergues, por exemplo -, o que reafirma a importância desse espaço. Neste sentido, cabe ressaltar que o presente trabalho não intenta questionar os mecanismos de triagem ou funcionamento dos demais serviços destinados à população de rua. O que se deseja, ao valorizar a inexistência de mecanismos de seleção, é demonstrar que existe uma parcela da população de rua que não consegue se moldar a nenhum dos diferentes requisitos para acesso aos serviços oferecidos pelo poder público. Assim, um espaço de convivência que a população pode apenas acessar, sem maiores formalidades, é extremamente necessário por atingir aqueles que se encontram na marginalidade da população de rua, enfrentando maiores obstáculos, portanto, para o acesso a serviços básicos.

Constatamos também que, apesar das críticas, colhidas principalmente dos frequentadores do Chá do Padre, as Tendas satisfazem considerável parcela de quem as utilizam. Esta satisfação decorre também do sentimento partilhado entre seus usuários de que estes equipamentos são considerados como espaços conquistados e geridos por eles, dado que participam da gestão do local (na Tenda Bresser, por exemplo, os usuários tem participação nas assembleias

deliberativas). Visto que há alternativas de autogestão do local, pudemos pesquisar também como isso influencia na visão que os usuários têm sobre o serviço, como tal fato contribui para a reconstrução de suas autonomias e os benefícios que isso traz. Assim, poderemos observar, ainda que sobre outra realidade, a aplicação e implicações da autogestão de espaços de convivência no que se refere ao Projeto Bem Comum⁸.

Por fim, é necessário destacar a importância da localização destes equipamentos na paisagem urbana. Por se localizarem embaixo ou próximas a viadutos, as Tendões são tidas como um ambiente mais familiar e menos verticalizado, viabilizando o acesso e interação de pessoas que vivem há bastante tempo a situação de rua e que não se adequam às exigências para o acesso a outros serviços (muitas vezes, a simples exigência de documentos pode constituir entrave ao acesso a centros de acolhida).

Apesar do relativo êxito das Tendões em atingir um segmento da população de rua outrora marginalizado e sem acesso a nenhum outro tipo de serviço ou equipamento, na ocasião da visita às Tendões, fomos informados, pelos funcionários destas, que esse serviço estaria em vias de ser extinto. Isso trouxe novo eixo para nossa pesquisa: entender a lógica por trás da proposta de fechamento das Tendões (sem que outra alternativa fosse apresentada) e que interesses estão em jogo nesse contexto.

2. Surgimento e Objetivos.

2.1. Como surgiram as Tendões.

Os Centros de Convivência para Adultos em Situação de Rua foram criados na gestão do prefeito Gilberto Kassab (então PSDB), em 2010, objetivando oferecer auxílio à população de rua para o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários. A proposta era criar um espaço

⁸ Disponível em <<<https://luizgama.wordpress.com/producao-academica/>>> Acesso em Abr/2015.

para que as e os moradores passassem o dia, desenvolvendo atividades que ocupassem o tempo do morador de rua e, ao mesmo tempo, oferecer serviços de higiene e lazer.

2.2. Objetivos

As tendas nasceram com o objetivo de centralizar o atendimento à população em situação de rua durante o dia, para isso, se localizam nos locais que apresentam grande fluxo de moradores de rua. De acordo com (ADORNO, 2011)⁹:

As “tendas de rua” se constituíam em equipamentos para serem construídos próximos a locais de circulação da “população de rua”, onde encontrariam sanitários, locais para tomar banho e espaços para convivência.

O banho, aliás, é um dos principais atrativos para a população. Em uma de nossas ouvidorias, E. nos relatou que utilizou o serviço da Tenda Nove de Julho para tomar banho antes de fazer um exame ginecológico, o que, para nós, é um indicativo de como as Tendas já se incorporaram à experiência diurna da população em situação de rua.

Para a Prefeitura Municipal de São Paulo¹⁰, o objetivo das Tendas é:

Acolher pessoas em situação de rua visando fortalecer o processo de sociabilidade, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais, familiares e comunitários com vistas à inserção social.

⁹ ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. *Atenção à Saúde, Direitos e o Diagnóstico como Ameaça: Políticas Públicas e a População em Situação de Rua*. São Paulo. Etnográfica, 2011.

¹⁰ Disponível em:

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28940>> Acesso em abr/2015.

A peculiaridade da organização das Tendias, no que tange a flexibilidade em relação às regras de admissãõ, é atestada por (AMARAL, 2010)¹¹:

[As Tendias] São espaços destinados à população de rua da região central de São Paulo, que oferecem diversas atividades socioeducativas, socioassistenciais, culturais, de lazer e de higiene. Não dispõem de uma estrutura de abrigo, e não impõem regras, o que permite liberdade aos usuários para sua utilização. O intuito é fazer com que, aos poucos, os usuários voltem espontaneamente, até que se sintam prontos para uma acolhida mais concreta. Segundo a associação, entre os serviços mais procurados pelos usuários estão as atividades educativas e lúdicas e o banho. Esses também estão recebendo ajuda na elaboração de cartas destinadas a seus familiares e de pedidos para retornarem às suas cidades de origem.

Tratar-se-ia de um local onde seria possível tomar banho, usar os banheiros, ver TV, participar de atividades recreativas e receber orientações da assistência social. Não tem o propósito de ser um local onde os moradores de rua possam passar a noite, mas sim passar ali o dia e desfrutar do que é oferecido.

Tal foi o discurso mais afável do poder público quando da definição dos objetivos da assistência prestada nas Tendias. Alda Marco Antônio, então titular de Assistência Social na gestão Kassab, porém, afirma que um dos objetivos das Tendias seria o de atrair moradores de rua para os albergues e ainda o de evitar que degradassem as ruas por não ter acesso a banheiros públicos, conforme reportagem do Estadão.¹²

Este último discurso pode ser interpretado como um discurso de cunho higienista pelos críticos, uma vez que o governo Kassab foi fortemente atacado nesse aspecto, principalmente por

¹¹ AMARAL, Denise Perroud. **A Rede de Atenção à População em Situação de Rua: Possibilidades de Interferência na Definição e Concretização de Uma Política Pública na Cidade de São Paulo**. 162 fls. Dissertação de Mestrado. PUC - São Paulo, 2010.

¹² Disponível em

<<

tomar medidas com este teor em relação à população de rua, conforme relatos das ouvidorias e dos grupos de ação e discussão que frequentamos.

Pode-se adotar o entendimento crítico de que a criação das Tendas não buscaria realmente melhorar a situação da população de rua, oferecer-lhes assistência, atenção e cuidados, mas sim, mascaradamente ter objetivos escusos como o de esconder essa população durante o dia, e de evitar que ela “manche” o espaço público.

Outro fato que colabora com a tese de que essa política pública se trata tão somente de mais uma política higienista seria o de que as Tendas estabeleceram-se em condições consideravelmente precárias. Ainda que seja adequado que se localizem em áreas de maior circulação de moradores de rua, nada justifica a péssima infraestrutura dos locais onde o serviço é oferecido. Tal fato já é o bastante para demonstrar que há um descaso do poder público em relação às Tendas.

3. Estrutura Jurídico-Administrativa

3.1. Regulamentação.

O serviço das Tendas encontra-se regulado pela Portaria 46/2010 da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), que dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo, e regula a parceria, que se dá por meio de convênios.

Essa portaria tem por base a Lei nº 13.153 de 22 de junho de 2001, que “*dispõe sobre a política pública de atenções de Assistência Social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do município de São Paulo*”, conforme o texto da própria lei. E, ainda, considera o que dispõe a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993), que “*dispõe sobre a assistência social e dá outras providências*”.

No artigo 1º, § 4º, II, da portaria 46/2010, temos:

“Art. 1º - Os serviços socioassistenciais compõem, em rede, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS de âmbito nacional, sendo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social o órgão responsável pelo seu comando único na cidade de São Paulo, conforme determina a lei.

(...)

§ 4º - A rede socioassistencial conforme apresentado no Anexo I divide-se em:

(...)

II – Serviços Tipificados: são serviços conveniados caracterizados com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a saber:

(...)

Rede de Proteção Especial - Média Complexidade

1. Centro de Defesa e de Convivência da Mulher

2. Núcleo de Apoio a Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência 2.1.

Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência I 2.2.

Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência II 2.3.

Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência III

3. Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua

4. Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico - NPJ

5. Serviço de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto – MSE - MA

6. Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência

7. Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua 7.1. Serviço Especializado de Abordagem às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua 7.2. Serviço Especializado de Abordagem a Adultos em Situação de Rua 7.3. Serviço de Apoio à Solicitação de Atendimento à Pessoa em Situação de Rua e Apoio à Emergência (...)".¹³

Portanto, dentre os Serviços de Direitos Humanos oferecidos pela Prefeitura de São Paulo, as Tendras estão inseridas na categoria "Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua", fazendo parte da Rede de proteção especial de média complexidade.

São os denominados "Espaços de Convivência para Adultos em Situação de Rua", sendo caracterizadas como:

*"Serviço ofertado para pessoas adultas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento com atividades direcionadas e programadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares, que oportunizem a construção do processo de saída das ruas. O serviço poderá ser realizado em espaços alternativos com estrutura de tendras."*¹⁴

Conforme informa o site da Prefeitura de São Paulo, o serviço é destinado a adultos em situação de rua (acima de 18 anos), funcionando das 8h às 22h todos os dias. A forma de acesso se dá por meio de demanda encaminhada pelo CRAS, CREAS, Centros POP, rede

¹³ Portaria 46/2010/SMADS

¹⁴ Disponível em

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protacao_social_especial/index.php?p=28940>> Acesso em mar/2015

socioassistencial e procura espontânea. Quanto ao local em que o serviço é oferecido, ficou estabelecido que pode ser em espaço público ou espaço locado, sendo administrado por organizações sem fins econômicos.

3.2. Estrutura Administrativa

A forma de administração e gestão do serviço é regulada também pelos dispositivos legais supramencionados.

A Secretaria de Assistência Social é a responsável pela administração do equipamento, embora não seja esse órgão o gestor direto desses serviços. A gestão é intermediada por Organizações Sociais (OSs) ou por ONGs, por meio de convênios com a Prefeitura de São Paulo.

Para que se possa contratar um convênio com a Prefeitura, as organizações devem atender aos requisitos determinados pela Lei 13.153/2001, em seu artigo 6º, quais sejam:

“Art. 6º - As associações civis sem fins lucrativos a serem conveniadas devem contemplar os seguintes requisitos mínimos:

I - ser devidamente registrada no Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com o disposto no art. 9º da Lei Federal 8742/93, devendo o órgão municipal responsável manter sistema de cadastro com acesso público às informações através do Diário Oficial do Município de São Paulo; Ver tópico

II - exercer atensões de assistência social sem fins lucrativos;

III - demonstrar ter condições técnicas e materiais para garantir os padrões de qualidade exigidos na atividade;

IV - ter plano de trabalho que ateste a incorporação dos princípios da Lei Federal 8742/93, inclusive os que demonstrem o cunho democrático de gestão;

V - ter escrituração contábil que permita a comprovação da exatidão das receitas e aplicação de recursos;

VI - estar subordinada ao controle social conforme o art. 204 da Constituição Federal.”¹⁵

Conforme o texto da referida lei, quando necessária a implantação de serviços de assistência social por convênio, a Prefeitura divulgará tal demanda, informando a modalidade de serviço, a região em que será localizado, a forma, e fixará um prazo para que os interessados possam apresentar proposta. Será promovida, então, uma audiência pública para a análise das propostas de convênio, para que então seja homologado.

Assim, a Prefeitura deve garantir suporte técnico e recursos financeiros necessários ao cumprimento dos convênios, de forma a garantir a qualidade dos serviços e seu caráter público, bem como a capacitação e treinamento dos recursos humanos que operam os equipamentos.

É dever das conveniadas prestar contas e informações necessárias à autoridade pública, bem como avaliar a qualidade dos serviços prestados, em atenção ao que ele se propõe e ao que vem, na prática, sendo efetivado. Os usuários devem ter informação sobre o padrão de qualidade a que o serviço se propõe a oferecer, bem como sobre o caráter público da assistência.

Dessa forma, a fim de que se mantenha o padrão de qualidade, as conveniadas devem dar atenção às orientações do órgão competente, dos executores da ação (funcionários), bem como dos usuários, que devem ter acesso a todas as informações relacionadas ao serviço, quais sejam, programação, uso das verbas públicas, para assim avaliar a qualidade da assistência.

¹⁵ Lei 13.153/2001.

4. Dados e Tendas em Funcionamento.

Segundo levantamento das FIPE¹⁶ feito em 2010 no centro de São Paulo, 19% dos entrevistados frequentam as Tendas e Núcleos de Serviço, onde podem cuidar da higiene pessoal e participar de algumas atividades.

De acordo com o site da Prefeitura de São Paulo, na rede de serviços socioassistenciais, hoje encontram-se em funcionamento 05 (cinco) Espaços de Convivência para Adultos em Situação de Rua (Tendas), quais sejam: a) Tenda Bela Vista, b) Tenda Alcântara Machado, c) Tenda Bresser, sendo as três administradas pelo Instituto Social Santa Lúcia; d) Tenda Rua da Mooca, administrada pela Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana; e) Tenda Barra Funda, administrada pela Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste.

5. Conflitos.

5.1. Discursos Oficiais

Os Espaços de Convivência, desde a sua criação, na gestão Kassab, geram muita controvérsia entre moradores e comerciantes das regiões onde se localizam, poder público, frequentadores e funcionários. Em Agosto de 2014, a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura negociou a permanência do serviço junto a prefeitura, que decidira acatar a recomendação do Ministério Público de fechar as Tendas¹⁷.

5.2. Posicionamentos contrários

¹⁶ Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Principais Resultados do Perfil Socioeconômico da População de Moradores de Rua da Área Central da Cidade de São Paulo*, 2010

¹⁷ Disponível em

<<<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/08/apos-reuniao-com-moradores-de-rua-prefeitura-se-compromete-a-visitar-tendas-3098.html>>> Acesso em Abr/2015.

Os moradores da regiões relatam que nos entornos das Tendas há considerável aumento de violência, tráfico de drogas, acúmulo de lixo, dentre outras reclamações. Sustentam que ocorre uma precarização do espaço público, uma vez que cresceram o número de “barracos” na região, com a instalação das Tendas, que atraem os moradores de rua.

Alega-se ainda que as Tendas localizam-se em locais inapropriados e em condições precárias, como embaixo de viadutos, e que, devido à degradação do local, a região acaba sendo desvalorizada. Dessa forma, pedem sua substituição por outros serviços à comunidade e também que se qualifiquem os projetos de assistência aos moradores em situação de rua.

A questão que se põe atualmente se deve ao fato de o Ministério Público ter recomendado, diante de tais constatações, o fechamento das Tendas Bresser e Alcântara Machado. A informação de que as Tendas seriam desativadas foi divulgada pela administração pública em agosto de 2014.

A Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social informou que as Tendas seriam fechadas devido ao fato de que o serviço não estaria atendendo aos objetivos a que se propõe e também por ser dotado de um problema estrutural, devido ao fato de localizar-se embaixo de viaduto.¹⁸

Há, entretanto, outros interesses políticos e econômicos envolvendo as Tendas. Em nossas entrevistas no entorno da Tendas Bresser, no dia (12/11/2014), foi-nos informado por moradores de rua e funcionários que a ameaça de fechamento da Tenda teria a ver com um suposto incômodo que esta estava causando aos moradores da região e à especulação imobiliária nas áreas circunvizinhas. Tal versão é confirmada por (ALMEIDA 2014)¹⁹:

¹⁸<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1496787-moradores-de-rua-invadem-secretaria-contra-fim-de-espacos-de-convivencia.shtml>

¹⁹ ALMEIDA, Fernanda Maria Farias Falcão de. *Iluminação Hospitalar: A qualidade da luz natural e artificial em salas de quimioterapia ambulatorial*. Dissertação de Mestrado. 241 fls. FAU-USP - São Paulo, 2014.

O Espaço de Convivência Tenda Bresser possui televisão, banheiros com chuveiros e kit de higiene. O seu entorno atraiu moradores de rua interessados no lazer e nas ações sociais (distribuição de comida) que ocorrem regularmente no local. A região está repleta de barracas de acampamento ou improvisada com plástico, além de colchonetes e cobertores colocados nas calçadas e nas redondezas da Tenda (APPLE, 2013)

Este fato tem gerado insegurança para os moradores da região e o grande número de pessoas que circulam junto ao Espaço, rota da Estação Bresser-Mooça à Avenida Alcântara Machado (Radial Leste), via principal de ligação do Centro à Zona Leste da cidade, e de acesso a comércio e instituições do entorno [...].

[...] Os moradores da região relatam que os assaltos e a falta de segurança aumentaram após a implantação da Tenda (APPLE, 2013).

DE LUCCA²⁰ cita uma passagem parecida em *Nem Dentro Nem Fora do Albergue* ao falar de como, ao ocupar espaços centrais da cidade, a população em situação de rua passou a ser vista como um problema urbano pelo poder público e pelo poder econômico da região:

Localizado debaixo de um viaduto na Baixada do Glicério, próximo à Praça da Sé, no espaço onde situa-se o albergue São Francisco, até o início da década de oitenta, funcionava um terminal rodoviário. Posteriormente este terminal foi fechado, invadido e utilizado como habitação por famílias, catadores e moradores de rua. A ocupação dos cômodos do antigo terminal chamou a atenção dos jornalistas da época, quando então foi noticiada uma série de reportagens sobre o caso (Rosa, 2005) produzindo reações por parte do poder público que, em meados dos anos noventa, interviu definitivamente no local, esvaziando-o para a construção de um albergue para a população de rua. Com efeito, a aparição deste albergue está em correspondência direta com o surgimento da população de rua como um problema de ordem pública na cidade.

²⁰ DE LUCCA, Daniel. *Nem Dentro Nem Fora do Albergue*. Disponível em <<http://www.academia.edu/2711369/Nem_dentro_nem_fora_do_albergue>> Acesso em Abr/2015.

5.3. Posicionamentos favoráveis.

Diante disso, moradores de rua se mobilizaram e, no dia 06/08/2014 um grupo ocupou a Secretaria de Direitos Humanos exigindo que houvesse uma reunião entre representantes do governo e representantes da população de rua, para que se discutisse o fechamento das Tendas, uma vez que não houve qualquer consulta à sociedade civil e nem aos usuários do serviço para que tal decisão fosse tomada.

Não foi considerado o fato de que as Tendas em questão, atualmente atendem cerca de 400 usuários por dia e que são espaços onde eles podem lavar suas roupas, fazer sua higiene íntima, passar o dia, seja assistindo TV ou participando das atividades educativo-recreativas que ali são oferecidas. Lá eles recebem auxílio psicológico e auxílio para que possam tirar documentos.

Segundo a Prefeitura, as Tendas teriam seus serviços suspensos até o mês de março. Porém, em fevereiro a Prefeitura divulgou que o fechamento teria sido adiado devido a falta de locais especializados para atender a essa população.

Ficou então estabelecido que o serviço continuará disponível até que se instale um CentroPop (Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua) na região, para que se supra a demanda, ou até que se estabeleçam ações para que o impasse possa ser solucionado da melhor forma possível, no prazo de quatro meses, segundo a administração pública.

6. O reconhecimento da Rua

É possível perceber, pelas dicotomias já apresentadas, que existe uma intensa disputa pela legitimidade da avaliação desta política pública. O que é inegável, entretanto, é a capacidade que

as Tendões tem de atingir uma parcela da população de rua que, antes de sua implementação, encontrava-se marginalizada e sem o acesso a qualquer tipo de serviço.

Conforme explicita DE LUCCA²¹, a efetiva instalação e consolidação da rede de atendimento e proteção social deu-se em meados de 2001. A partir daí, a população de rua passou a ter, aos poucos, a constituição de serviços que pudessem atendê-la levando em conta suas especificidades.

Pelos discursos que transitam nos ambientes da Rua, ficou evidente, entretanto, que estes serviços não atingem a todos os moradores de rua, mas apenas àqueles mais acostumados à disciplina dos ambientes institucionalizados. Isto quer dizer que o cidadão que já há muito tempo vive na rua, tendo seus laços sociais e familiares mais frágeis ou até mesmo inexistentes, não tem acesso aos serviços destinados à população de rua com a mesma intensidade do que aqueles que ainda estão no início do seu processo de vida nas ruas ou em vias de superar esta condição.

Neste sentido, AXEL HONNETH²² entende que há uma segmentação entre justiça distributiva e justiça do reconhecimento, NANCY FRASER²³ analisa que se tratam de duas perspectivas a respeito da justiça, o que considera num sentido mais amplo. Este debate está no cerne da legitimidade da existência, ou não das Tendões.

A justiça distributiva seria aquela que busca dividir, de forma igualitária, os bens da vida entre todos os indivíduos. Esta seria a luta pela eliminação da desigualdade e se centraria na distribuição de riquezas ou necessidades materiais. A luta pelo reconhecimento, por outro lado, estaria focada não nas riquezas, mas no reconhecimento da dignidade pessoal de todos os

²¹ DE LUCCA, Daniel. **A Rua em Movimento - Experiências Urbanas e Jogos Sociais em Torno da População de Rua**. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Pg 182.

²² HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição. A mudança na ordem moral da sociedade. In. (Souza, J. & Mattos, P. (orgs.). Teoria crítica no século XXI, São Paulo, Annablume, 2007, pág 79.

²³ FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética ?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, de 2007, p. 118

indivíduos²⁴. Assim, o preço para o respeito igualitário não seria mais a assimilação dos valores e normas dominantes, mas o reconhecimento das perspectivas das minorias e suas especificidades²⁵

A implementação das Tendias é um típico caso de distribuição de direitos que acabou por construir o fortalecimento da luta pelo reconhecimento. Existem duas principais correntes que procuram diferir o fundamento do reconhecimento entre a ética e a moral. Este esforço teórico não é sem causa, tendo em vista que, sendo o reconhecimento uma questão de ética, é um tipo de justiça diferente da justiça distributiva. Sendo, por outro lado, uma questão moral, é possível que, assim como a justiça distributiva – moral – o reconhecimento faça parte de uma justiça mais abrangente.

NANCY FRASER²⁶ defende que o reconhecimento se funda no reconhecimento da identidade de um grupo. O conceito de identidade elaborado pela autora é um elemento chave para o entendimento de que a política pública realizada através da implementação das Tendias é uma política de reconhecimento.

Segundo ela, o conceito de identidade fundado nas características de um grupo acaba por desconsiderar sua heterogeneidade interna. Além disto, ele torna o conceito de cultura estático e separatista, por criar o entendimento de que as culturas não possuem intersecções entre si.

Por estas razões, o reconhecimento seria uma questão de *status social*. O grupo não reconhecido não teria a mesma capacidade de participar, como um *par* da organização da sociedade porque suas características distintivas o relegariam a uma posição de subordinação. O reconhecimento fundado no *status social* entende que é necessária a desinstitucionalização dos padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e sua substituição por padrões que a promova.

²⁴ HONNETH, Axel, Op. cit., p.79.

²⁵ FRASER, Nancy, Op. cit, p.101-102.

²⁶ FRASER, Nancy, Op. cit, p.106-110..

O reconhecimento dos indivíduos através da valoração de seu *status social* seria, então, a chave para o fim da injustiça e a possibilidade de participação. Analisando os dados obtidos nas ouvidorias realizadas nas Tendas, é possível perceber que, apenas a partir deste reconhecimento será possível a implementação de um serviço público que alcance a parcela marginalizada da população de rua.

Conforme reiteradamente ressaltado, esta parcela da população de rua não possui as características necessárias ao acesso aos demais serviços, tais como albergues ou refeitórios. Isto porque, em razão das características adquiridas por conta de uma série de fatores, não se enquadram nos padrões valorados pela sociedade. Como suas características são valoradas como essencialmente negativas, a estes indivíduos é negado o acesso e, acima de tudo, a participação.

Ficou evidente para nós que as Tendas descontroem, de certa forma, estes padrões valorativos, para então determinar o acesso e a participação. Nos foi dito, pela diretora da Tenda Bresser, que o simples fato da não exigência de apresentação de documento no momento da entrada amplia o acesso de forma considerável.

Diante disto, ainda que as Tendas apresentem diversos problemas, destacando-se por sua precariedade, entendemos ser necessária a participação dos usuários deste serviço numa condição de paridade. Mais do que ouvir ao morador de rua mais institucionalizado, portanto possível usuário de albergues e demais serviços, é necessário ouvir ao próprio usuário das Tendas, marcado pelas características valoradas negativamente pela sociedade (alcoolismo, dicção, desemprego, pouco higiene etc).

O que nos foi apontado nas ouvidorias, entretanto, é a inexistência de reconhecimento dos usuários dos serviços das Tendas. Esta falta de reconhecimento se tornou mais evidente pela própria crítica, do poder público, à realização de política pública em baixo de viadutos. Aos usuários do serviço, porém, esta característica parece positiva pelo fato de terem um serviço instalado no ambiente em que já frequentavam antes de sua implementação e que continuariam

frequentando ainda que não houvesse a instalação deste tipo de equipamento no local. A opinião dos usuários e funcionários deste serviço não tem uma valoração idêntica àquela emitida pelo poder público ou demais moradores de rua institucionalizados.

Neste sentido, AXEL HONNETH²⁷ entende que a luta pelo reconhecimento é o cerne dos movimentos sociais. Estes teriam conscientizado a sociedade a respeito das violações a eles impostos através de sua luta e reivindicações.

A importância desta conscientização promovida pelas reivindicações reside no fato de que a autoconsciência do indivíduo depende da experiência de seu reconhecimento social²⁸. Assim, quando reconhecidas as suas especificidades e as demandas decorrentes delas, o modo como o indivíduo se vê e se coloca na sociedade é alterado. Isso é importante porque, para o autor, o reconhecimento da dignidade pessoal de todos os indivíduos é condição para se alcançar uma sociedade mais justa.

Não acreditamos que as duas formas de reconhecimento expostas sejam excludentes. Ainda que na teoria haja clara diferenciação pelo fato de que a primeira funda-se na moral, enquanto a segunda na ética; especificamente para o caso analisado, estas análises são complementares.

O reconhecimento como *status social* é a *paridade* na participação das decisões da sociedade através da desconstrução de valores institucionalizados. Esta desconstrução acarreta a invalidade dos caracteres negativos de algumas formas de vida. Acreditamos, entretanto, que esta desconstrução valorativa dá-se através dos movimentos sociais, que explicitam as violações e, através de sua luta, alcançam o reconhecimento como um igual, atingindo a *paridade* na participação política. Todo este status, entretanto, proporcionaria ao indivíduo a capacidade de encontrar aceitação e encorajamento mútuo de sua individualidade.

²⁷ HONNETH, Axel. Op. cit.

²⁸ HONNETH, Axel. Op. cit.

Conforme pudemos ver, a luta pela permanência das Tendias já provocou mobilização dos usuários que se sentem contemplados por este serviço. Assim, ao exigir que suas vozes e opiniões sejam ouvidas, estes usuários lutam pela paridade na participação da elaboração e implementação de políticas públicas. Esta luta só foi possível, entretanto, porque, vendo que era possível a valoração positiva de suas formas de vida e, principalmente, a existência de serviços que suprissem suas necessidades de acordo com a realidade em que vivem, os moradores de rua frequentadores das Tendias viram-se eticamente reconhecidos e não pretendem aceitar retrocessos no respeito à sua humanidade.

Tratar das Tendias vai além, portanto, da mera descrição de uma política pública ou de um serviço social, porque envolve, diretamente, a luta pelo reconhecimento dos diferentes atores sociais e políticos e, principalmente, dos diferentes perfis de moradores de rua em São Paulo. Não se trata de uma questão passível de entendimento, melhorias ou, até mesmo extinção, num debate puramente acadêmico ou político. Os usuários outrora excluídos e hoje, ainda que precariamente, contemplados devem ter a sua participação valorada nos mesmos moldes que as demais participações. Os funcionários destes equipamentos, por sua vez, tem uma visão privilegiada que pode intermediar o tratamento da questão entre os usuários e o poder público, tendo em vista que suas pautas tangenciam questões atinentes a estes dois sujeitos.

7. Conclusão.

Esta breve incursão sobre o universo das Tendias permite concluir que o serviço é dotado de certa peculiaridade em relação aos demais oferecidos para população em situação de rua. O seu horário de funcionamento, a sua lógica administrativa, as atividades oferecidas e o modo como é feita a triagem são alguns dos pontos que as distinguem dos outros serviços.

Dentro da lógica da questão social da rua, as Tendias, em sua notável interação com o espaço urbano, têm se configurado em alternativa para os moradores de rua e em incômodo para especulação imobiliária. Se, por um lado, as Tendias conseguiram atingir um público o qual os

outros serviços não conseguem atingir, por outro, dentro da paisagem urbana, elas se colocam como desafio à especulação imobiliária, como no caso da Bresser. Daí talvez possamos depreender uma dimensão política das Tendas. Enquanto os albergues e outros equipamentos se escondem no meio da paisagem urbana, as Tendas se colocam aos olhos da população, causando incômodo, estranhamento e reflexão para a população em geral. Daí também seu caráter dual de serviço alternativo ou de medida higienista, vez que, oferecida em horário comercial, as Tendas servem para tirar os moradores de rua do caminho “da cidade que trabalha e que habita”.

No embate entre o discurso oficial, as reportagens jornalísticas, os trabalhos acadêmicos e as falas de usuários e funcionários, temos a dimensão da complexidade do fenômeno da população de rua e de como as Tendas incorporam essa complexidade, ao ser um serviço institucionalizado na rua para a população de rua.

Resta claro que os moradores de rua que frequentam tais espaços construíram um vínculo com o local, pois trata-se de uma das poucas oportunidades que eles têm para receber de forma simples e imediata algum tipo de atenção, cuidado e auxílio diário. As Tendas acabaram por se constituir como instrumento de reconhecimento para a população em situação de rua.

A análise das peculiaridades das Tendas tem potencial para servir como base à elaboração de políticas públicas voltadas para população em situação de rua que sejam mais horizontais, atendendo às reais necessidades daqueles aos quais elas se destinam, de maneira a aumentar seu alcance e eficiência, o que é positivo tanto para moradores de rua, quanto para o poder público.